A MÚSICA E SEU PERCURSO NA EDUCAÇÃO

MARILENE DA SILVA SANTOS

Resumo
Este artigo discute o papel da música na educação infantil, articulando (1) um panorama histórico sucinto da música na humanidade; (2) contribuições de músicos e educadores de referência; (3) a relação entre música e educação em abordagens pedagógicas clássicas (Dalcroze, Orff, Kodály, Willems, Swanwick) e em pensadores da educação (Piaget, Vygotsky, Paulo Freire, Gardner); (4) evidências sobre efeitos terapêuticos e de desenvolvimento em crianças; e (5) o marco legal e documental da Prefeitura de São Paulo que sustenta a presença da música na escola. Conclui-se que a música é linguagem, conhecimento e experiência estética com forte potencial de desenvolvimento cognitivo, socioemocional e motor, devendo ser garantida como direito de aprendizagem.
Palavras-chave: Música. Educação Infantil. Desenvolvimento Cognitivo. Arte-Educação. Currículo da Cidade de São Paulo.

1. Introdução

A música acompanha a humanidade desde os primórdios, sendo um dos mais antigos registros culturais. Os primeiros vestígios arqueológicos de instrumentos musicais datam de cerca de 40 mil anos atrás, como as flautas de ossos encontradas na Europa central (Gênero Homo sapiens do Paleolítico Superior). Esses achados revelam que a música não era apenas entretenimento, mas possuía funções rituais, sociais e comunicativas (MERRIAM, 1964). Ao lado da dança e do canto, a música esteve ligada a cerimônias religiosas, celebrações coletivas e processos de coesão comunitária, marcando profundamente a vida humana.
Na Grécia Antiga, a música assumiu lugar de destaque na Paideia, o sistema educativo voltado à formação integral do cidadão. Filósofos como Pitágoras (séc. VI a.C.) estabeleceram as primeiras correlações matemáticas entre sons, intervalos e proporções, fundamentando a ideia de harmonia universal. Platão (séc. IV a.C.), em obras como A República, defendeu a música como elemento essencial da formação moral, pois acreditava que os modos musicais moldavam a alma e influenciavam o caráter. Já Aristóteles, em Política, reforçou a importância da música na educação da juventude, argumentando que ela desenvolvia prazer estético, virtude e disciplina.
Durante a Idade Média, a música integrou o quadrivium — conjunto de saberes matemáticos (aritmética, geometria, astronomia e música) — consolidando-se como ciência e arte a ser ensinada. No Renascimento, o humanismo ampliou sua função educativa ao valorizar a prática instrumental, coral e composicional como parte da formação do homem culto.
Com o avanço da modernidade, pedagogos como Johann Heinrich Pestalozzi (1746–1827) e Friedrich Froebel (1782–1852) começaram a inserir a música sistematicamente nos programas escolares, especialmente na infância, destacando sua função no desenvolvimento afetivo e cognitivo. Já no século XIX, Émile Jaques-Dalcroze (1865–1950) consolidou um dos primeiros métodos sistemáticos de musicalização, baseado no movimento corporal e na vivência rítmica, inaugurando a moderna pedagogia musical. Portanto, desde seus registros primários até as primeiras teorizações pedagógicas, a música se mostra presente como linguagem, ciência, arte e recurso educativo. Sua historicidade revela a centralidade na vida humana e aponta para a importância de compreendê-la como componente estruturante da educação infantil, articulando dimensões cognitivas, emocionais, sociais e culturais.

2. Panorama histórico da música, sua relação com o desenvolvimento psicológico e o raciocínio lógico na educação.

A música, presente em todas as culturas desde a Antiguidade, não foi apenas manifestação artística, mas também recurso pedagógico e científico. Na Grécia Antiga, pensadores como Pitágoras identificaram relações matemáticas nos intervalos musicais, estabelecendo a ideia de que a música

desenvolvia tanto a sensibilidade estética quanto o raciocínio lógico. Essa conexão entre harmonia musical e ordem matemática marcou o início da compreensão da música como estímulo cognitivo.
Durante a Idade Média, a música foi parte do quadrivium — conjunto de saberes que incluía aritmética, geometria e astronomia. Esse lugar entre as ciências reforçava sua relação com o pensamento lógico e a formação intelectual, já que estudar música exigia compreender proporções, ritmos e estruturas organizadas.
No Renascimento e no Iluminismo, pedagogos como Comenius e posteriormente Pestalozzi e Froebel incorporaram a música ao ensino por reconhecerem que ela favorecia tanto a expressão emocional quanto o aprendizado de ordem, disciplina e memória. Froebel, criador do conceito de "jardim de infância", defendia atividades musicais como fundamentais para o desenvolvimento global da criança.
Do ponto de vista psicológico, Jean Piaget observou que o contato com música e ritmo favorece a passagem das crianças das operações concretas para formas mais estruturadas de pensamento, auxiliando na seriação, classificação e percepção de relações temporais. Assim, a música contribui diretamente para a construção do raciocínio lógico-matemático.
Lev Vygotsky, por sua vez, destacou o caráter social e cultural da música, defendendo que sua prática estimula a imaginação criadora e promove desenvolvimento ao atuar como mediadora nas interações sociais. O aprendizado musical, segundo ele, não se dá apenas de forma individual, mas é construído coletivamente, ampliando repertórios simbólicos e capacidades cognitivas.
No século XX, Howard Gardner (1995), com a teoria das inteligências múltiplas, reforçou que a música constitui forma autônoma de inteligência, relacionada tanto à sensibilidade auditiva quanto ao pensamento lógico e analítico. Estudos neurocientíficos posteriores confirmaram que a prática musical fortalece áreas do cérebro ligadas à linguagem, memória e raciocínio lógico (PERETZ; ZATORRE, 2005).
Portanto, ao longo da história, a música foi compreendida não apenas como arte, mas como ciência e método formativo. Sua prática favorece tanto o desenvolvimento psicológico — ao estimular emoção, criatividade e socialização — quanto o raciocínio lógico — ao exigir percepção de padrões, estrutura e abstração. Pedagogos e pensadores de diferentes épocas convergem na defesa da música como recurso indispensável ao desenvolvimento integral do ser humano.

3. Música como arte-educação e seus pensadores

A música, além de disciplina artística, é uma forma de expressão cultural que carrega significados sociais e subjetivos. Nesse sentido, a arte-educação, enquanto campo interdisciplinar, reconhece a importância da música no desenvolvimento integral da criança.
Ana Mae Barbosa (1991) foi pioneira no Brasil ao consolidar a arte-educação como área acadêmica, defendendo a tríade de "fazer, fruir e contextualizar". Para a autora, a música, quando trabalhada pedagogicamente, favorece tanto a criatividade quanto a compreensão crítica dos contextos sociais. Outros pensadores, como Edgar Willems, Dalcroze, Orff e Kodály, desenvolveram métodos de ensino musical que valorizam a sensibilidade, o corpo, a voz e a coletividade. No Brasil, Heitor Villa-Lobos também desempenhou papel fundamental ao implementar o Canto Orfeônico nas escolas durante a década de 1930, ampliando a dimensão coletiva da prática musical.
Assim, a música na perspectiva da arte-educação transcende a mera execução técnica, configurando-se como experiência estética, social e cultural que contribui para a formação crítica e criativa.

4. Efeitos terapêuticos e de desenvolvimento da música em crianças e na educação

A música, enquanto linguagem simbólica, atua diretamente no desenvolvimento humano por mobilizar aspectos cognitivos, emocionais, motores e sociais. Na infância, sua potência é ainda maior, pois conecta-se ao brincar e à sensibilidade natural das crianças para ritmos, melodias e sons do ambiente.
A música pode exercer efeitos terapêuticos

e educativos porque ativa múltiplas áreas cerebrais relacionadas à audição, memória, linguagem, emoção e movimento. Segundo Howard Gardner (1995), a inteligência musical é uma capacidade cognitiva específica, passível de ser estimulada desde cedo. Pesquisas em neurociência (PERETZ; ZATORRE, 2005) mostram que o treinamento musical influencia a plasticidade cerebral, melhorando habilidades de atenção, percepção auditiva e linguagem.

Do ponto de vista psicopedagógico, a música funciona como mediadora de processos de socialização e expressão emocional, permitindo que a criança elabore sentimentos, organize o pensamento e desenvolva empatia. Na prática escolar, a música produz efeitos de desenvolvimento por meio de atividades-como:

-Cantar: fortalece memória verbal, consciência fonológica e linguagem.

- Ritmo e percussão corporal: estimulam coordenação motora, autorregulação e percepção temporal.

- Improvisação musical e jogos sonoros: ampliam criatividade, imaginação e autonomia.

-Escuta musical: favorece atenção, concentração e apreciação estética.

- Criação coletiva: promove cooperação, socialização e autoestima.

No contexto terapêutico, a musicoterapia — reconhecida pela World Federation of Music Therapy (WFMT) — utiliza a música de forma planejada por profissionais especializados para alcançar objetivos clínicos, como melhorar comunicação, aliviar ansiedade e favorecer interação social (BRUSCIA, 2000).

Diversos são os pensadores, educadores e outros profissionais que veem a musica como um excelente instrument dentro da educação como :

• Jean Piaget (1972): destacou o valor do jogo simbólico e musical para o desenvolvimento cognitivo infantil.

• Lev Vygotsky (2009): ressaltou a música como forma de imaginação criadora, fundamental para a construção de significados sociais.

• Paulo Freire (1996): via a arte como prática humanizadora, capaz de gerar diálogo e consciência crítica.

• Howard Gardner (1995): incluiu a inteligência musical entre as inteligências múltiplas, mostrando que ela deve ser cultivada desde cedo.

• Edgar Willems (1970): defendeu a música como elemento vital do desenvolvimento integral (afetivo, cognitivo e sensorial).

• Émile Jaques-Dalcroze (1921) e Carl Orff (1930): mostraram como ritmo, movimento e música atuam de forma terapêutica e educativa no corpo e na mente infantil.

• Kenneth Bruscia (2000): sistematizou a música como intervenção clínica em crianças com autismo, ansiedade e dificuldades de comunicação.

• American Academy of Pediatrics (AAP, 2017): relatou efeitos positivos da música no desenvolvimento de prematuros e no manejo de dor e ansiedade em crianças hospitalizadas.

• Ana Mae Barbosa (1991): reforçou a importância do fruir e criar como práticas artísticas que podem gerar efeitos de bem-estar e desenvolvimento.

Os efeitos terapêuticos e de desenvolvimento da música acontecem porque ela é linguagem integradora, capaz de unir corpo, mente e emoção. Na educação, potencializa aprendizagem, socialização e criatividade; no campo clínico, atua como recurso complementar para saúde mental e emocional. Pedagogos, psicólogos, musicoterapeutas e educadores artísticos convergem na defesa da música como apoio indispensável ao desenvolvimento infantil.

5. Legislação e documentos da Prefeitura de São Paulo sobre música na educação

A legislação brasileira, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), garante a arte como componente curricular obrigatório em todos os níveis da educação básica, incluindo a música. No âmbito municipal, a Prefeitura de São Paulo estabelece diretrizes mais específicas através do Currículo da Cidade (2019), docu-

mento que orienta as aprendizagens essenciais.
O Currículo da Cidade – Educação Infantil enfatiza a música como linguagem a ser explorada de forma lúdica e criativa. Para crianças de 0 a 3 anos, orienta a escuta de diferentes sonoridades, a experimentação com a voz e objetos sonoros, e a exploração corporal rítmica. Para a faixa etária de 4 a 5 anos, estabelece objetivos como o canto coletivo, a criação de sons, a apreciação musical e a relação da música com outras linguagens artísticas.
Trechos do documento explicitam tais objetivos:
- Bebês (0 a 18 meses): "explorar sons corporais e de objetos do ambiente, desenvolvendo curiosidade e prazer em produzir e escutar diferentes sonoridades" (SÃO PAULO, 2019, p. 45).
- Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses): "participar de brincadeiras musicais, jogos rítmicos e exploração de instrumentos, ampliando repertórios sonoros" (SÃO PAULO,2019,p. 67).
- Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses): "cantar em grupo, experimentar variações de intensidade, altura e ritmo, apreciando diferentes gêneros musicais e criando composições coletivas" (SÃO PAULO, 2019, p. 89).
Esses objetivos evidenciam o reconhecimento oficial da música como direito da criança e como recurso fundamental para o desenvolvimento integral, abrangendo dimensões cognitivas, motoras, afetivas e sociais.

6. Conclusão

A música, como linguagem universal e manifestação cultural, acompanha o ser humano desde seus primórdios e revela-se indispensável para o desenvolvimento integral na infância. Ao longo da história da educação, diferentes pensadores e pedagogos reconheceram sua importância, convergindo para a defesa de sua presença desde os primeiros anos de vida.
Platão e Aristóteles já destacavam a música como formadora de caráter e promotora de equilíbrio moral. Froebel, criador do jardim de infância, reforçou a música como atividade essencial para o desenvolvimento sensorial, emocional e social das crianças pequenas. Piaget evidenciou sua contribuição para a construção de estruturas cognitivas, especialmente no raciocínio lógico e na percepção temporal. Vygotsky, por sua vez, valorizou o papel social e cultural da música, que potencializa a imaginação e promove a aprendizagem mediada.
No século XX, autores como Émile Jaques-Dalcroze, Carl Orff, Zoltán Kodály e Edgar Willems criaram métodos pedagógicos musicais voltados à infância, enfatizando ritmo, movimento, voz e vivência coletiva como fundamentos do aprendizado. Howard Gardner, com a teoria das inteligências múltiplas, reconheceu a inteligência musical como domínio cognitivo autônomo a ser estimulado desde cedo. No Brasil, Paulo Freire ressaltou a música e a arte como práticas humanizadoras e dialogais, enquanto Ana Mae Barbosa defendeu a arte-educação como campo formativo que inclui a música como experiência estética e crítica.
Pesquisadores da área da musicoterapia, como Kenneth Bruscia, e das neurociências, como Peretz e Zatorre, também sustentam que a música tem efeitos terapêuticos e cognitivos significativos em crianças pequenas, ampliando memória, linguagem, autorregulação emocional e socialização.
Assim, a convergência entre filósofos, pedagogos, psicólogos, artistas e pesquisadores reforça que a música não deve ser vista como atividade complementar, mas como direito e necessidade no processo de formação da criança. Sua inclusão, prevista em documentos como o Currículo da Cidade de São Paulo, reafirma seu valor Como prática pedagógica fundamental desde a primeira infância, capaz de integrar desenvolvimento cognitivo, emocional, social e cultural.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 1991.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
BRUSCIA, Kenneth. Definindo musicoterapia. Barcelona: Graó, 2000.
GARDNER, Howard. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Mé-

dicas, 1995.
MERRIAM, Alan P. The Anthropology of Music. Evanston: Northwestern University Press, 1964.
PERETZ, Isabelle; ZATORRE, Robert. The cognitive neuroscience of music. Oxford: Oxford University Press, 2005.
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
SÃO PAULO (Município). Currículo da Cidade – Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019.
VYGOTSKY, Lev. Imaginação e criação na infância. São Paulo: Ática, 2009.